

10 SET 1985

Pacificação com o molho da cumplicidade

Villas-Bôas Corrêa

A semente de crise que o Presidente Ronald Reagan plantou, em semeadura desastrada, por estas terras adubadas pelo sentimento nacionalista, envolveu o Governo numa operação de bom senso e ajudou a desviar a atenção da guerrilha entre o Congresso e a imprensa, justamente quando ela alcançava o seu ponto de ebulição e prometia alguns lances de grande efeito pirotécnico.

Lá é verdade que, por trás da encenação das bravatas parlamentares, já se estendia o manto da acomodação, esticado por mãos pressurosas e interessadas em abafar um rumor que começava a incomodar.

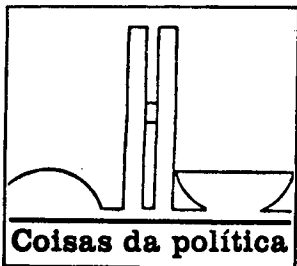
Ora, não é preciso um curso completo, com mestrado, para antever a inevitável conclusão de que toda esta bulha não vai dar em nada. Nenhuma das iniciativas anunciadas com voz grave em meio a um plenário da Câmara, exasperado até a mais desatinada indignação, irá adiante. São o esperneio inconsequente da gratuidade, um espetáculo montado às pressas, no gênero mambembe, para distrair o distinto público e extravasar a irritação de quem não apenas se sente pilhado em flagrante, mas traído pelo parceiro de tácito acordo de cumplicidade.

Sempre é possível que a denúncia intimide, por algum tempo, os mais afoitos e interrompa por uma temporada de esquecimento a repetição das maroteiras. Mas por algum tempo e por muito pouco tempo.

A não ser que a sacudidela seja o prenúncio de uma nova fase de moralização e de vergonha. Até agora, não parece. As reações indicam muita espuma, a estridência de gritos de fingida pudicícia mas sem aquele fundo limpo de reconhecimento de que há erros vetustos, irregularidades cabeludas que é preciso corrigir sem demora e com a disposição de quem se atira a uma faxina em regra. O Congresso justifica-se, desculpa-se e malandramente utiliza a velha tática despistadora de desviar o centro do debate para uma desconversa sobre uma caricata campanha orquestrada de calúnias e difamação contra o Legislativo.

Eis aí uma alegação de uma bobice de arrepiar. E que abriu a torneira das tolices, impedindo que se enxergue claro e longe.

Ora, antes de mais nada o Congresso já deveria ter compreendido que há uma diferença fundamental entre tempos de arbítrio e de abertura. Nos 20 anos em que o Legislativo foi marginalizado até a mais degradante humilhação, nada se poderia cobrar dele. Desativado, ocioso, sob vigilância militar, o Congresso compensou-se com os enfeites de todas



as bugigangas. Como não tinha poder, cobriu-se de privilégios e chafurdou até lambuzar-se nas mais injustificáveis extravagâncias. Foi a época do delírio das construções suntuosas, dos computadores, anexos, gabinetes, da nomeação alucinada de parentes para quadros de funcionalismo engordados por vantagens e truques. O Congresso, quando mais apertava o cerco da fiscalização militar, mais se desforrava, atacando o tesouro. Todas as tramóias foram esgotadas para entupir o parlamentar de privilégios. No que ele apenas copiava e se igualava aos afortunados das outras castas.

Agora, tudo isso se estratificou, incorporou-se aos hábitos e costumes. Fica muito difícil a correção. Não é da nossa índole. O cacho das vantagens que adornam e inflam os subsídios dos parlamentares vai acabar oficializando-se na primeira oportunidade. Com todos os seus penduricalhos.

Mas, na troca de tiros de festim, pólvora só para provocar ruído e sem um grão de chumbo para não causar nenhuma vítima, voltou à moda um velho tema sempre conservado na geladeira, das recíprocas conveniências. O JORNAL DO BRASIL e Veja, em matérias exemplares, largamente revolveram o monturo incômodo da chusma de jornalistas nomeados para empregos no Senado e na Câmara singularizados pela dupla circunstância de serem regamente remunerados e não exigirem nenhum trabalho.

Certamente que os jornalistas não são os únicos funcionários dos quadros do Congresso que ganham sem fazer nada.

Mas, porque são jornalistas, teoricamente incumbidos de acompanhar e criticar a atividade dos parlamentares, essa relação podre despenca para a mais descarada imoralidade.

Nada impede que o jornalista acumule as suas obrigações na imprensa com o exercício de um cargo público. Preferencialmente conquistado através de concurso, embora a regra, quase sem exceção, seja o do emprego arranjado por artes do "pistolão".

Agora, nada justifica que o jornalista exerça o duplo emprego no mesmo órgão. Não se pode ser funcionário do Senado e repórter no Senado. Nem em lugar nenhum.

A relação degradada pausa num acerto tácito de cumplicidades. A oferta do emprego vem embrulhada no compromisso do cala-a-boca. E a aceitação sela o juramento do silêncio. O elogio já é a gorjeta, a generosidade que transborda e reclama vantagens extras.

A distorção vem de longe. Em Brasília e durante os zelos do ciclo revolucionário, prosperou até o atual e exuberante apogeu.

Não convém cultivar ilusões. Nada vai mudar. Mais alguns dias, o assunto vai perdendo a graça, cansando, deslizando para o arquivo. Cada um que cuide de si. Jornais e jornalistas que se prezam que tratem de botar as barbas de molho, precatando-se, que os tempos são mesmo de cobrança. Porque o Congresso, pelo jeito, está só arreganhando os dentes para fingir braveza.